

Ecclesia: Opus Dei demarca-se de acusações de «secretismo» no debate sobre transparência nos cargos políticos

Notícia publicada esta quinta-feira na Agência Ecclesia onde se esclarece a posição da prelatura em relação ao Projeto de Lei n.º 169/XIV/1^a

22/03/2021

Ver também: "Obrigar políticos a declarar associações a que pertencem viola liberdade religiosa, dizem bispos", na Rádio Resnascença

Lisboa, 18 mar 2021 (Ecclesia) – O Opus Dei em Portugal voltou a disponibilizar, online, a sua posição sobre os projetos de lei que visam a prelatura da Igreja Católica no debate sobre transparência nos cargos políticos.

O vigário regional do Opus Dei em Portugal, monsenhor José Rafael Espírito Santo, publicou em 2020 um documento sobre um Projeto de Lei do PAN, em que a prelatura católica é associada a uma cultura de “secretismo”.

No contributo escrito a propósito do Projeto de Lei n.º 169/XIV/1^a, o

responsável lamenta que sejam dirigidas contra o Opus Dei “insinuações” que classifica como falsas.

“O Opus Dei não exige promessas de fidelidade que afetem a atuação profissional e política, nem há secretismo seja na sua natureza, na finalidade ou na atuação. Qualquer pretensão de abranger o Opus Dei neste artigo constituiria uma acusação grave, não respeitadora da verdade nem da realidade jurídica”, pode ler-se.

Já hoje, o porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), padre Manuel Barbosa, criticou uma nova proposta, do PSD, para tornar obrigatório que os políticos declarem todas as associações a que pertencem.

“A Igreja Católica tem inúmeras instituições, movimentos, associações, organismos, entre

outros, a que estão ligados milhares de fiéis, aos quais não é constitucionalmente legítimo perguntar pelas suas convicções ou práticas religiosas”, afirmou à agência Lusa.

Na terça-feira, o PSD propôs uma alteração legal para tornar obrigatório que deputados e titulares de cargos públicos declarem, no seu registo de interesses, se pertencem a associações e organizações “discretas” como a Maçonaria e a Opus Dei.

O diploma apresentado pelo partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) previa a inclusão no regime do exercício de funções dos titulares de cargos políticos “um campo de preenchimento facultativo”, para indicarem se pertencem a esse tipo de organizações.

O Opus Dei manifestou “objeções importantes” perante a proposta

legislativa, onde é incluído entre “associações ou organizações” que exigem “a prestação de promessas de fidelidade” ou que, “pelo seu secretismo”, não asseguram “a plena transparência sobre a participação dos seus associados”.

O documento recorda que o Opus Dei tem uma presença pública e reconhecimento jurídico análogos aos das dioceses católicas.

A prelatura publicou online um dossier com “informação básica” sobre a sua identidade.

Fonte: Agência Ecclesia

Algumas perguntas frequentes:

Onde entrar em contacto com o Opus Dei em Portugal?

Dados informativos sobre o Opus Dei (2021)

O que é o Opus Dei? Quem pode pertencer ao Opus Dei?

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de [https://
opusdei.org/pt-pt/article/ecclesia-opus-
dei-demarca-se-de-acusacoes-de-
secretismo-no-debate-sobre-
transparencia-nos-cargos-politicos/](https://opusdei.org/pt-pt/article/ecclesia-opus-dei-demarca-se-de-acusacoes-de-secretismo-no-debate-sobre-transparencia-nos-cargos-politicos/)
(22/02/2026)